



PARA QUE A AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO?

Rosilene Amorim dos Anjos - UFSC

Resumo: Buscando alguns elementos referentes à história da política pública da Avaliação em Larga Escala no Ensino Fundamental, procuro apreender como foram produzindo o tecido desta política hoje. Procurei resgatar, para a elaboração deste artigo, tanto as articulações políticas em âmbito nacional como aquelas de âmbito internacional que acabam por colaborar em sua elaboração como consolidar sua aplicação. Neste caldo de informações foram suscitando categorias de análise articuladas com a educação: qualidade, mercadoria, capitalismo neoliberal, globalização, regulação estatal e responsabilização, que foram discutidos com apoio de autores que apresentam uma visão materialista histórico dialética.

Palavras Chaves: Avaliação em Larga Escala no Ensino Fundamental, Educação e Qualidade, Capitalismo Neoliberal, Regulação Estatal.

Introdução

O caminho deste artigo é analisar a construção da Avaliação em larga escala no ensino fundamental como política pública que tem trazido alguns pontos para reflexão. Em vários estudos, independente da fonte ideológica, se chega à mesma conclusão: avaliar é necessário. A partir daí, muitas divergências surgem. Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar? O instrumento de avaliação deve ser igual para todos? Como ficam as diferenças culturais, socioeconômicas, físicas e mentais? Estes e outros questionamentos são debatidos por diferentes pesquisadores que tem como aporte teórico, distintas perspectivas. No caso brasileiro e de outros países, de uma agenda global para manter o sistema capitalista neoliberal. Dale (2004) discute a diferença entre a Cultura Educacional Mundial Comum (CEMC) e uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) e afirma que:

(...) apesar das aparentes semelhanças entre a CEMC e a AGEE elas correspondem a projetos muito diferentes. A primeira procura essencialmente demonstrar a existência e o significado de uma hipotética cultura mundial e a segunda, mostrar como é que uma nova forma de força supranacional afeta os sistemas educativos nacionais. (DALE, p.21)

As leituras e discussões realizadas corroboram com a idéia do autor referente à existência de uma agenda globalmente estruturada da qual o Brasil tem feito parte. A educação faz parte do aparelho de Estado, mas, quem é o Estado? Há muitas forças atuantes. Quais são seus interesses? Com quem está comprometido? Existem metas a serem atingidas, uma delas os índices a serem alcançados.

Foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. O ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil. (SAVIANI, 2008, p. 1234)

ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS

A política de Avaliação em âmbito nacional tem sido estabelecida desde 1990, a partir do Sistema de Avaliação da Educação (SAEB). Anos depois têm ocorrido avaliações em larga escala, como nunca antes na história da educação brasileira. Foram criados exames nacionais, mecanismos para uma avaliação padronizada em larga escala. A partir de 2005 foi dado destaque a Prova Brasil, ou Anresc – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. Esta se constitui em um aperfeiçoamento do SAEB (BRASIL, 2005). Dois anos depois é aprovado a Provinha Brasil (Aneb) – Avaliação Nacional da Educação Básica e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que culminou na implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Decreto n. 6.094/2007. Esta política pública é também inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que engloba um conjunto de políticas econômicas. O programa é composto por cinco blocos, (Brasil, 2007a):

1. Medidas de infra-estrutura, incluindo a infra-estrutura social, como habitação, saneamento e transporte em massa;
2. Medidas para estimular crédito e financiamento;
3. Melhoria do marco regulatório na área ambiental;
4. Desoneração tributária;
5. Medidas fiscais de longo prazo.

A educação faz parte do primeiro bloco. Porém, apesar do PAC ter sido lançado em 2007 já estava ocorrendo planejamentos em nível internacional que envolvia a questão da avaliação. Em 2000, a Cúpula Mundial de Educação se reuniu em Dakar e apresentou metas a serem alcançadas no sistema educacional, dando prosseguimento ao encontro de Jomtien (1990)¹. Entre tais metas destaca-se: melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida; realizar um monitoramento mais efetivo e regular do progresso em atingir metas e objetivos de Educação para Todos (EPT), incluindo avaliações periódicas.

Os organismos que patrocinaram a Conferência de Jomtien (1990), segundo Botego (2005) apresentaram questões referentes à educação diferentes, mas, que se complementavam. Por exemplo, o Banco Mundial esteve mais preocupado com o gerenciamento dos recursos, reafirmando que há recursos para a educação, mas são mal-aproveitados. Já o PNUD realçou a idéia de que a melhoria dos índices de educação acabaria produzindo maior crescimento econômico.

Analisando os dez primeiros anos deste século, no Brasil, um governo popular, o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem uma história de lutas em movimentos sociais enquanto esteve no papel de oposição, porém, agora situação, governo. Busco com a ajuda de autores, perceber se houve mudança no projeto político educacional, especificamente para a política pública de avaliação.

Para Leher (2010) que discorre sobre a educação neste governo, mostra por meio de dados empíricos que não houve ruptura com as políticas que vinham sendo traçadas pelos governos anteriores junto a organismos multilaterais, em especial, o governo de Fernando Henrique Cardoso. Os dados divulgados pelo IBGE referentes aos primeiros resultados do Censo 2010 corroboram com a idéia de continuidade entre os governos quando informam que:

(...) os dados sobre a renda dos brasileiros contrastam com a imagem, difundida com sucesso, de que o Brasil está se tornando um país desenvolvido, que está erradicando a pobreza. Ainda que nos últimos anos tenha havido uma melhora em quase todos os indicadores sociais, a questão é o piso de onde partimos e as

¹ A Conferência: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), em Jomtien, que contou com a presença de representantes de 155 governos de diferentes países, teve como patrocinadores e financiadores quatro organismos internacionais: a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e o Banco Mundial (BID).

políticas públicas praticadas. Um piso muito baixo, fruto de um arrocho de muitos anos, e políticas públicas que não enfrentam com o devido rigor o núcleo gerador da pobreza: a produção da desigualdade. (Le Monde Diplomatique Brasil, dez.2011, p.3)

Leher ressalta a esperança de mudanças ao fato de que o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha relevante inserção no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e no Congresso Nacional de Educação (CONED), além de grandes referências educacionais que foram organicamente ligadas ao partido, como Paulo Freire e Florestan Fernandes. As metas que são apresentadas desde Jomtein, com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, que é de universalizar o acesso à educação e promover a equidade (1990, p.3) utilizando-se de instrumentos para realizar a medição foi aplicada nesta primeira década. O que não significa que foram metas atingidas.

Em relação à elaboração da política pública de Avaliação em Larga Escala também se percebe continuidades entre os governos. Para melhor analisar essa especificidade passamos a discutir essa política a partir de algumas categorias de análise.

A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras, conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal. A avaliação enquanto uma política pública está, portanto,

Em consonância com o modelo da administração pública gerencial, no âmbito da globalização, e com a proposição do Banco Mundial de alívio da pobreza, o governo empreendedor, tendo em vista o desapego à burocracia e à rigidez de suas normas, entende que deve financiar os resultados e não os recursos ou distribuir os recursos tendo como parâmetros os resultados. Para que os gastos incidam majoritariamente sobre os resultados das organizações públicas prestadoras de serviços, o governo deve impreterivelmente adotar e implementar estratégias de participação, avaliação e aferição de rendimentos e desempenho a serem explicitados sob a forma de *rankings*. (ZANARDINI, 2008, p. 97)

Num balanço de literatura para pesquisa de mestrado referente à esta política pública, realizado a partir de teses e dissertações da CAPES, trabalhos da ANPED e periódicos da

SCIELO, selecionei 105 produções de várias regiões do Brasil. Observei que todos traziam, de modo direto ou indireto o conceito qualidade como um dos principais focos. Porém, além deste, estava bastante presente a regulação do Estado, a educação como mercadoria, a educação como parte do sistema econômico capitalista neoliberal globalizado e a responsabilização do professor(a) e também do gestor(a) sobre os resultados da educação.

Dentre as produções a visão sobre cada categoria eram bastante diferentes. Por essa razão passo a analisá-las de maneira mais detida e com base em alguns autores que trabalham com uma visão materialista histórica dialética.

a) Qualidade na Educação

No Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no Art 3º do Cap. II enfatiza que:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Brasil, 2007c).

Sendo uma das diretrizes deste Plano, divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Ideb as escolas terão visibilidade dos seus resultados para que todos possam acompanhar o trabalho dos profissionais da educação e, por conseqüência, o resultado de cada aluno. Esse resultado é que caracterizará a escola como eficaz ou não. No entanto, não há um consenso do tipo de qualidade para a educação. Mas, o Estado assume a função, bastante difundida entre os intelectuais, de regulador.

b) Regulação do Estado

Para Saviani (2008, p.1237) aquilo que está sendo denominado de “Plano de Desenvolvimento da Educação” consiste num aglomerado de 30 ações de natureza, características e alcance distintos entre si. O autor faz a seguinte questão: Singularidade do PDE: um plano de educação ou um programa de metas?

Muitas das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação² (PDE) (BRASIL, 2007b) podem ser entendidas como indutoras da “cultura de metas e resultados”, segundo Shiroma e Evangelista (2011), recomendada pelo Banco Mundial.

Para Krawczyk:

(...) a regulação, cujo propósito é manter a governabilidade necessária para o desenvolvimento do sistema, refere-se a um ordenamento normativo, historicamente legitimado, que medeia as relações entre Estado e sociedade, que busca a solução de conflitos e a compensação dos mecanismos de desigualdade e de exclusão próprios do modo de produção capitalista. (2008, p. 798)

c) Educação Mercadológica

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094/2007, é um programa estratégico do PDE, que inaugura um novo regime de colaboração como descrito no próprio documento. Leher (2010), afirma que:

A presença empresarial na formação direta de um quarto da população brasileira possui dimensão jamais conhecida na história recente da educação brasileira. A incorporação da agenda empresarial ocorre por meio do PDE (...) o governo assume explicitamente que a sua elaboração objetiva implementar a agenda empresarial do movimento “Compromisso Todos pela Educação”, iniciativa que reúne os principais grupos econômicos que constituem o bloco de poder dominante. (p. 378- 379)

Observa-se que esse documento data de 2007, ou seja, já no governo Lula, que segundo o autor, não rompeu com a política pública em construção para a educação. Num documento do Ministério do Trabalho (1995): *Questões Críticas da Educação Brasileira: Educação Básica*, também apresenta recomendações como a implantação do sistema nacional de avaliação e estratégias.

Esse encaminhamento também é dado por empresas privadas que tem interesse em formar determinado trabalhador. Exemplo disso é o livro intitulado: *Ensino Fundamental & Competitividade Empresarial: uma proposta para a ação do governo*, lançado na década de 90,

² No que se refere aos níveis escolares, a educação básica está contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o “FUNDEB”, o “Plano de Metas do PDE - IDEB”, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guias de tecnologias”, “Censo pela Internet”, “Mais educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. (SAVIANE, 2007, p. 1233)

pelo Instituto Herbert Levi, empresa especializada em associações, institutos e fundações que atua no Rio de Janeiro. Neste há sugestões ao governo federal a respeito da educação no Ensino Fundamental, como na página 45 do capítulo II, em que é sugerido um sistema nacional de avaliação das escolas, e apresenta quais as competências básicas que se devem ser trabalhadas.

A gestão por resultados impele as escolas a concorrerem para atingir um bom lugar no ranking do Ideb, que a comunidade olhe para a escola de “qualidade” como número de colocação, como o exemplo abaixo:

(...) das oito primeiras escolas no ranking do Ideb, apenas uma não é federal: a estadual Oscar Batista, no município de Cambuci (RJ), terceira colocada. O Colégio Pedro II, tradicional na capital fluminense, ocupou a segunda posição no ranking. Entre os dez primeiros, seis são escolas militares: de Santa Maria (RS), Salvador (BA), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE) e Curitiba (PR) e a do Corpo de Bombeiros do Ceará (também em Fortaleza), nesta ordem. A escola de aplicação Professor Chaves, situada em Nazaré da Mata, no interior de Pernambuco, ficou em 10º lugar. (Carta Capital, dez. 2011, p.31)

Porém, podemos questionar para quem interessa os resultados dessa avaliação? Seria, parafraseando o título do livro de Gaudêncio Frigotto, apenas pela produção de uma escola improdutiva?

A lógica da competição é, também, um dos elementos que aproxima a lógica da escola à empresarial. Esse encaminhamento também é apresentado no artigo da revista Carta Capital, indicando que para a construção da escola ideal, ou, eficaz, é necessário

Criar um plano de carreira e dar formação continuada para o professor. Os salários devem ser competitivos para atrair bons profissionais, valorizá-los e motivá-los. (dez.2011, p. 30)

Nos Estados Unidos, onde esta lógica já foi instalada, há fortes críticas de autores norte americanos, apontando as graves consequências causadas ao sistema educacional.

d) A Educação dentro do Sistema Capitalista Neoliberal Globalizado

O sistema capitalista atual é um sistema hegemônico em quase todo o globo, com suas peculiaridades, mas, a mesma intenção: gerar lucro. Para Zanardini:

O projeto hegemônico materializado pelo neoliberalismo pode, então, ser caracterizado como um processo de duplo caráter, que permite: por um lado impôr uma intensa dinâmica de mudança material composta por estratégias políticas, econômicas e jurídicas que visam encontrar uma saída para o processo de crises cíclicas do capitalismo a partir do fim dos anos 1960, e por outro representar e aglutinar um projeto com força ideológica na sociedade, atuando principalmente na construção de outro senso comum que fornecesse coerência rumo à legitimidade de suas propostas reformistas. Como podemos apreender, a regulação das relações entre os homens, quer sejam políticas ou econômicas, pela lei do mercado, constitui a ontologia neoliberal, a serviço do capital. Esta mesma ontologia propõe a reforma do Estado (...).(2008, p.89)

Por isso, a educação até então privilégio de poucos passa a ser considerada direito de todos. Uma necessidade do sistema econômico que exigia certas habilidades e competências, que vem sendo mais aprimoradas. Escolarizar portanto:

(...) era condição para converter os servos em cidadão, era condição para que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é obvio, mas o papel político da escola estava aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática (SAVIANI, 1995, p. 51 e 52).

Esta ordem deve manter o poder hegemônico, respeitar as divisões de classes sociais, educar trabalhadores que atendam a necessidade do mercado, entre outras funções e mantenham o modo de produção capitalista. Porém, tais funções são obscurecidas pela falácia de que todos podem alcançar, enriquecer, estudar para ser alguém na vida; valores próprios deste sistema econômico que culpabiliza o próprio indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso e que continua em expansão, com a globalização que:

(...) é frequentemente considerada como representando um inelutável progresso no sentido da homogeneidade cultural, como um conjunto de forças que estão a tornar os estados-nação obsoletos e que pode resultar em algo parecido com uma política mundial, e como refletindo o crescimento irresistível da tecnologia da informação. (DALE, 2010, p.2)

Porém, Helen Wood (2012), afirma sobre o novo imperialismo e seus efeitos negativos para a democracia na medida em que os Estados Unidos continuam tentando consolidar sua hegemonia global unilateral. Sugere que a democracia estava se convertendo, como não fazia há muito tempo, em uma ameaça para o capitalismo. Apesar de tudo o que foi dito sobre a “globalização” e a decadência do Estado-nação, o capital global depende mais do que nunca de um sistema global de múltiplos Estados locais. De modo que as lutas locais e nacionais por uma democracia real e uma verdadeira mudança do poder de classe, tanto no interior como fora do estado, podem oferecer uma ameaça real ao capital imperialista.

e) Responsabilização do professor (a) e do gestor (a)

Os reformadores alegam, segundo Shiroma e Evangelista (2000) que quanto mais normatizada, informatizada, computadorizada, despersonalizada for a avaliação, mais adequada, posto que seja mais refratária à subjetividade do avaliador. Para as autoras, porém, a ênfase hipertrofiada nos instrumentos e mecanismos de avaliação tem produzido uma reorganização nas instituições educacionais que retiram boa parte do tempo que dedicariam ao trabalho educativo para registro de informações, preenchimento e envio de relatórios às instâncias superiores.

A forma de avaliação, extremamente informatizada e burocrática toma bastante tempo do profissional, e este tempo não é retomado para repensar o fazer pedagógico, pois, este tempo não tem sido enfatizado nos documentos. Inclusive reuniões pedagógicas e preparação das aulas, principalmente, em relação às pedagogas (os) que atuam no ensino de educação infantil, e nos anos iniciais do ensino fundamental, não são prioridades. A quantidade de funções que o/a profissional vem acumulando, mais o aumento de carga horária que vem sofrendo são paulatinamente incorporados na rotina do professor (a). Esse profissional que trabalha com o conhecimento, mas, que não tem tempo para a reflexão do seu fazer pedagógico, que avalia indiretamente, e é avaliado sendo desapoderado desta ferramenta, que é avaliar como parte de um processo e não fim parece tornar-se um instrumento de aplicação da política.

Outro sujeito relevante para a política educacional, especificamente de avaliação, é o diretor que passa a ser chamado de gestor. A mudança de nomenclatura não é ao acaso, faz parte do modelo de escola empresarial, dentro do sistema de produção capitalista neoliberal. Esse assume funções como: administrar verba do Programa Dinheiro Direto na Escola

(PDDE), arrumar maçanetas, atender funcionários que vêm à escola para arrumar a internet, a fossa, o banheiro, pensar em como gastar outros recursos financeiros dentro das condições já estabelecidas pelos órgãos superiores, ficando cada vez menos com tempo para o pedagógico da escola, os planejamentos, avaliações entre outras ações.

Ainda segundo Shiroma e Evangelista (2000) há uma preocupação em monitorar este imenso contingente de funcionários públicos que são os professores (as), que mantêm encontro diário com uma população que precisa ser adequadamente formada e disciplinada, tanto pelo papel que parte dela desempenhará no mercado de trabalho, quanto pela necessidade de conformação dos que ficarão à margem ou dele farão parte de forma precária.

CONTRADIÇÃO

Visto que o movimento do capital é diferente em todos os lugares, o movimento brasileiro vai se dar de acordo com a força de uma luta contra-hegemonica ou não. As relações de produção são criadas a todo instante, e também podem ser modificadas. Os sujeitos das relações no mundo capitalista continuam divididos em classes sociais, pois, continuam a existir os que detêm os meios de produção e os que oferecem mão de obra, e por consequência o surgimento da mais valia neste sistema econômico. Nesta divisão de classes há ideologias diferentes, hegemonias e contra-hegemonias. Por isso, o sistema educacional é tão importante para a manutenção do *status quo*. Porém, é também instrumento de mudança, instrumento que pode servir ao lucro, à divisão de classes sociais, como também pode servir à socialização do conhecimento e de todos os direitos básicos a vida humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL; INEP. *Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005*. Em 2005 o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi reestruturado passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/historico>. Acesso em: out/2011.

BRASIL, MEC. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) 2007b*.

BRASIL, Ministério da Fazenda. *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007a*. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC.pdf>. Acesso em: jan/2012.

BRASIL, [Decreto nº 6.094](#). *Do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União

Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade. 2007c

BAVA, Silvio Caccia. *A Renda do Brasileiro*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano V, n.53, p. 3, dez/2011.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *A Conferência de Jomtien e a Educação para todos no Brasil dos anos 1990*. Disponível em:

http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&catid=4:educacao&Itemid=15. Acesso em: fev/2012.

CÚPULA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. *Declaração de Dakar: Educação para Todos*. In: USP: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. 2000. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/declaracao-de-dakar-educacao-para-todos-2000.html>. Acesso em: fev/2012.

DALE, Roger. *A sociologia da educação e o Estado após a globalização*. Educação & Sociedade, vol.31 n.113 Campinas out./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003>. Acesso em: out/2011.

DALE, Roger. *Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"?* In: "Globalização e Educação: precarização do trabalho docente". Dossiê. Educação & Sociedade. v.25 n.87. Campinas maio/ago. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000200006>. Acesso em: set/2011.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien/Tailândia, 1990. Original: Inglês. Disponível em: <http://www.regra.com.br/educacao/>. Acesso em: fev./2012.

KRAWCZYK, Nora Rut. *O PDE: novo modo de regulação estatal?* In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, p. 797-815, set./dez. 2008.

LEHER, Roberto. *Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu*. In: *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: Garamond, p.369 a 412, 2010. 424p. .

MENEZES, Cynara. *De Zero a Dez*. In: *Carta Capital*. Ano XVII, n. 675, dez/2011.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). *É um programa do [governo federal brasileiro](#) que engloba um conjunto de [políticas econômicas](#), planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o [crescimento econômico](#) do Brasil*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Acelera%C3%A7%C3%A3o_do_Crescimento. Acesso em: fev/2012.

PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano pela União Federal, em regime de colaboração, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo*. 29ª ed. – Campinas, SP: Editora Autores Associados: 2003.

SAVIANI, Demerval. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: fev. 2012.

SHIROMA, Eneida Otto e EVANGELISTA, Olinda. [*Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores*](#). In: Revista Perspectiva. Ano I, n.29, p. 127-160, UFSC, 2011.

WOOD, Helen Meiksins. *Capitalismo e Democracia*. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.18.doc>. Acesso em: jan/2012.

ZANARDINI, João Batista. *Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007)*. Doutorado em Educação, UFSC, 2008.